

ENTREVISTA FERRO RODRIGUES “Esforço de combate às *fake news* não pode ser apenas legislativo”



LUCÍLIA MONTEIRO



QUANDO A COBERTURA MEDIÁTICA CAUSA TRAUMA

JORNALISMO E CINEMA O MEDO DA FICÇÃO | **MEMÓRIA** MITOS E REALIDADES DO TEMPO DA CENSURA | **JANELAS PARA O MUNDO** LUCÍLIA MONTEIRO
HISTÓRIAS DE JORNALISTAS O LOCUTOR DE RÁDIO QUE FOI INFORMADOR DA PIDE | **SITES** LIÇÕES DO MASSACRE DE CHRISTCHURCH

| | |
|-------------------------------|--|
| Director | Mário Zambujal |
| Direcção Editorial | Eugénio Alves Paulo Martins |
| Conselho Editorial | Fernando Cascais Fernando Correia Francisco Mangas José Carlos de Vasconcelos Manuel Pinto Mário Mesquita |
| Grafismo | José Souto |
| Secretária de Redacção | Palmira Oliveira |

Colaboram neste número

Carla Martins, Diana Andringa, Fernando Correia, Gonçalo Pereira Rosa, Jacinto Godinho, João Miguel Rodrigues, Joaquim Fidalgo, José Frade, José Rocha, Leonor Ferreira, Lucília Monteiro, Luís Taklim, Mário Rui Cardoso, Martins Morim, Miguel Carvalho, Rui Pacheco e Sofia Branco.

A ortografia dos artigos publicados nesta revista corresponde à opção dos respetivos autores.

| | |
|--|---|
| Propriedade | CLUBE DE JORNALISTAS A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios: ● Santander Totta ● Casa da Imprensa ● Lisgráfica ● Fundação Inatel |
| Tratamento de imagem | Impress Estrada da Ribeirinha, nº 92 Pavilhão D Alcolombal de Baixo 2705-832 Terrugem |
| Impressão | Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, SA Casal Sta. Leopoldina, 2745 QUELUZ DE BAIXO |
| Tiragem deste número | 2.000 ex. |
| Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas | Clube de Jornalistas R. das Trinas, 127 1200 Lisboa Telef. - 213965774 e-mail: cj@clubedejornalistas.pt |

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS E AOS ASSOCIADOS DA CASA DA IMPRENSA PERIODICIDADE TRIMESTRAL

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

6 ANÁLISE 1 MÉDIA E TRAUMA
A dor da gente não sai no jornal
A cobertura mediática de acontecimentos trágicos pode produzir efeitos danosos a três níveis. Desde logo, nas vítimas e seus próximos, por avivar o trauma. Mas igualmente no público e nos próprios jornalistas.
Por Diana Andringa

16 ANÁLISE 2 JORNALISMO E CINEMA
Repórteres e cineastas: o medo da ficção
Jornalista de investigação e docente universitário, Jacinto Godinho debate os laços entre jornalismo e cinema, através de uma abordagem tão rigorosa quanto profunda, sem receio de suscitar controvérsia.
Por Jacinto Godinho

22 MEMÓRIA
JORNALISTAS E JORNALISMO NO TEMPO DA CENSURA: REALIDADES E MITOS
Nos 45 anos do 25 de Abril de 1974, é oportuno e importante mais uma vez evocar, para memória futura, mas também para reflexão actual, o que foi a Censura fascista nas décadas salazarentas até finais de 60 e depois prosseguida, muito toscamente disfarçada, pelo marcelismo. **Fernando Correia**

30 HOMENAGEM
Carlos Veiga Pereira **Por Paulo Martins**
José Queirós **Por Joaquim Fidalgo**

34 ENTREVISTA FERRO RODRIGUES
“Esforço de combate às *fake news* não pode ser apenas legislativo”
O presidente da Assembleia da República elegeu o futuro do Jornalismo como um dos temas a debater por ocasião do 45.º aniversário do 25 de Abril. **Eugénio Alves e Paulo Martins**

42 JANELAS PARA O MUNDO
VENEZUELA, ASSIM NA TERRA
COMO NO CÉU **Por Lucília Monteiro**

48 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
O LOCUTOR DE RÁDIO QUE FOI
INFORMADOR DA PIDE **Por Gonçalo Pereira Rosa**

54 SINDICATO
DEBATER O PAPEL DO ESTADO É URGENTE
Por Leonor Ferreira



JORNAL
[56] Noticiário
[58] Sites
[62] Livros

66 CRÓNICA
REPORTAGEM ONTEM E HOJE **Por Rui Pacheco**



MÉDIA E

Correspondentes de guerra
arriscam-se a desenvolver sintomas
de stress pós-traumático



A cobertura mediática de acontecimentos trágicos pode produzir efeitos danosos a três níveis. Desde logo, nas vítimas e seus próximos, por avivar o trauma. Mas igualmente no público, pelo medo e angústia que é passível de suscitar, e nos próprios jornalistas, também seres humanos, expostos a distúrbios mentais, e cuja dor não é muitas vezes conhecida. Diana Andringa, jornalista que tem investigado a questão, empreende nestas páginas uma reflexão cada vez mais necessária, com a ajuda de especialistas, como ela ligados ao Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Propõe a criação de um núcleo especialmente vocacionado para o estudo e acompanhamento de casos de Distúrbio de Stress Pós-Traumático.

TRAUMA

A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL

Diana Andringa *

*"Ninguém morou na dor que era o seu mal
A dor da gente não sai no jornal"*

Chico Buarque, Notícia de Jornal

Desastres, mortes, catástrofes, conflitos, violência são matérias frequentes nos órgãos de Informação, mesmo naqueles cujo tema não é - pelo menos abertamente - "espreme que sai sangue". São, também, situações potencialmente geradoras de Distúrbio de Stress Pós-Traumático (normalmente referido como PTSD, Post-Traumatic Stress Disorder) - uma patologia reconhecida pela American Psychiatric Association (APA), em 1980, e pela Organização Mundial de Saúde a partir de 1992 - e que a APA definia em 2000 como "o desenvolvimento de sintomas característicos a seguir à exposição a um stressor traumático extremo, implicando uma experiência pessoal direta, com um acontecimento que envolva morte ou ferimento grave, ou outra ameaça à integridade física; ou observar um acontecimento que envolva morte, ferimento ou ameaça à integridade física de outra pessoa; ou ter conhecimento acerca de uma morte violenta ou inesperada, ferimento grave ou ameaça de morte ou ferimento vivido por um familiar ou amigo íntimo", acrescentando que "a resposta da pessoa ao acontecimento deve envolver um medo intenso, sentimento de incapacidade de obter ajuda ou horror (ou, em crianças, a resposta deve envolver comportamentos agitados ou desorganizados)".

Mais recentemente, em 2013, a APA viria a considerar que o PTSD poderia surgir, além de por exposição direta, testemunho e tomada de conhecimento, por "exposição repetida ou extrema a pormenores aversivos dos acontecimentos traumáticos". Daí a necessidade, para jornalistas e órgãos de informação, de ponderar cuidadosamente a cobertura e o tratamento noticioso desses acontecimentos, tendo em conta que a abordagem pode vir a refletir-se, a curto, médio e longo prazo, na saúde mental não apenas das vítimas e seus próximos, mas também da comunidade envolvente - o público - e, naturalmente, na dos próprios profissionais dos média.

Na verdade, os jornalistas que fazem a cobertura dessas situações são sujeitos, eles também, a uma imensa tensão, desde logo no seu primeiro contacto com os diretamente envolvidos - muito dos quais severamente traumatizados - mas também no esforço de conseguir conciliar, no tratamento noticioso, rigor e compaixão, distância e compromisso com a defesa dos Direitos Humanos, a obrigação de informar e o respeito pela privacidade, equilíbrio que o contexto emocional tende a dificultar. Acrescendo a isto que, em alguns casos, para lá de relatores do acontecimento traumático, podem vir a ser eles próprios vítimas primárias dele.

JORNALISTAS: TRAUMA "EM SEGUNDA MÃO"?

Como refere o Dart Center for Journalists and Trauma - um projeto da Escola Superior de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, com delegações em Londres e Melbourne, que bem poderia inspirar uma versão lusófona - os jornalistas confrontam-se com desafios fora do comum, ao cobrir conflitos ou tragédias. Interagem com vítimas com um

elevado grau de sofrimento. Muitas vezes, constroem um muro de defesa profissional entre eles e os sobreviventes e outras testemunhas que entrevistam. Mas, depois de privarem e falarem com pessoas que sofreram perdas imensas, esse mesmo muro pode impedi-los de reagir à sua própria exposição à tragédia. E, no entanto, vários ficam marcados pela tragédia que acabaram de reportar. Pela dor

Vários jornalistas ficam marcados pela tragédia que acabaram de reportar. Pela dor dos outros. Pela sua impotência perante essa dor. Pela culpa de a testemunharem sem a sofrer

dos outros. Pela sua impotência perante essa dor. Pela culpa de a testemunharem sem a sofrer. Ou de, terminado o seu trabalho, poderem fazer as malas e partir. De regresso à redação, não há tempo para refletir naquilo por que passaram. Novos trabalhos os esperam, a história que acabaram de viver é já passado e a sua dor, se a têm, não é tema de jornal.

Poucos dias após a destruição das torres gémeas de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, Al Tompkins, do Poynter Institute for Media Studies, assinalou: "Repórteres, fotojornalistas, engenheiros de som e de imagem, produtores no ter-



Os repórteres não estão a salvo da emoção, ao narrarem tragédias

reno, trabalham muitas vezes lado a lado com o pessoal dos serviços de emergência. Os seus sintomas de Stress Pós-Traumático são muito semelhantes aos de polícias e bombeiros que trabalham na sequência imediata da tragédia, mas normalmente recebem pouco apoio após terem enviado as suas histórias. Enquanto ao pessoal de emergência é dado aconselhamento após o trauma, os jornalistas são, simplesmente, enviados para cobrir outra história".

Mergulhados na nova investigação, limitam-se, muitas vezes, a surpreender-se com uma irritabilidade acrescida perante contrariedades cominhas, maior dificuldade de concentração, insónias frequentes e uma espécie de impaciência perante tarefas que antes os entusiasmavam, como se, de repente, o dia-a-dia se tivesse tornado enfadonho. Mas a vida continua, há prazos dos trabalhos a cumprir, o tempo - que parece ter-se acelerado - falta até para falar com colegas, família e amigos, quanto mais para a introspeção...

No entanto, a exposição a histórias traumáticas - tão comum aos jornalistas - pode provocar alterações profundas nestes profissionais, normalmente mais atentos aos outros do que a si próprios e em relação aos quais não se verifica, por parte das instituições a que pertencem, e até dos camaradas de redação, a atenção e o cuidado prodigalizadas a outros grupos profissionais expostos aos mesmos cenários.

Embora já em 1974 Sarah Haley tenha descrito a perturbação causada nos terapeutas pelo trabalho com veteranos de guerra, e desde 1980, se admita que os efeitos do PTSD podem ser transmitidos a pessoas que não estiveram diretamente expostas à situação traumática, a noção de "traumatização indireta" é ainda bastante recente e mais recente ainda o reconhecimento da possibilidade do seu aparecimento entre jornalistas.

Duas classificações surgem, normalmente, em relação a

esta espécie de "trauma em segunda mão": Stress Traumático Secundário e Traumatização Vicariante. Por vezes usados para classificar o mesmo fenómeno, alguns autores (Baird & Kracen, 2006, Deighton, Gurriss & Traue, 2007) consideram que estes termos representam fenómenos diferentes, resultando o Stress Traumático Secundário da tensão derivada de viver ou cuidar de alguém com PTSD (Figley, 1998), podendo a pessoa que interage ou que tem uma ligação emocional com a vítima de trauma experienciar sintomas semelhantes, pela exposição às reações emocionais e físicas do traumatizado e a Traumatização Vicariante (McCann & Pearlman, 1990; Pearlman & Saakvitne, 1995) da exposição e do envolvimento empático com histórias traumáticas, refletindo-se em mudanças cognitivas, afetivas e relacionais, com impacto na alteração da visão sobre si próprio, sobre os outros e sobre o mundo. Seria então essa "traumatização vicariante" a mais comum entre jornalistas que, mesmo quando não assistem ou acorrem ao acontecimento traumático que descrevem, recolhem os relatos de quem o sofreu.

Em 2002, um estudo sobre correspondentes de guerra indicou que cerca de um terço destes desenvolve, num momento ou outro da sua carreira, sintomas de PTSD. Vários outros estudos apontam no mesmo sentido, mostrando, também, que nem sempre é necessária a presença física nos locais onde ocorrem as situações para que os profissionais venham a sofrer desse distúrbio. Mas esta é "a dor da gente que não sai nos jornais", porque o jornalista é o narrador da história de outros, não um protagonista dessa história.

Essa será, eventualmente, uma das razões para a falta de atenção dos jornalistas e dos órgãos de Informação em relação aos efeitos nos profissionais das situações que são levados a cobrir. Outra poderá ser uma certa cultura existente nas redações, impiedosa para aqueles que dão parte de fracos

(seja chorando durante um "direto" de uma zona de guerra, seja escusando-se a avançar para locais de perigo ou, estando neles, pedindo para serem retirados do local).

Pessoalmente, só ao fazer o curso de Psicotraumatologia do Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (em ligação com a ESTSS, European Society for Traumatic Stress Studies), pude dar nome a algumas experiências que tinha vivido, após fazer, em 1983, para a RTP, uma série de reportagens sobre refugiados (era o tempo dos *boat-people*, mas também dos que fugiam da Guatemala, de Salvador, da Nicarágua, do Afeganistão, da guerra civil em Angola).

Recordei o editor de vídeo que, na sala de montagem ao lado daquela em que trabalhava, me veio perguntar se o meu trabalho ainda demorava muito, porque as histórias que ouvia aos meus entrevistados há muitos dias lhe perturbavam o sono. Lembrei-me de como saíra, em lágrimas, a meio do filme "A Missão", numa cena que me recordava algumas dessas histórias que tinha ouvido na América Latina, como a do camponês guatemalteco que me falou da aldeia cercada, dos pais e mães obrigados a deixar os filhos na igreja e ficar a ver enquanto o exército incendiava o edifício e se ouviam os gritos das crianças que morriam queimadas. De como durante tanto tempo continuara a ouvir vozes como a da professora salvadorenha golpeada, queimada e violada com uma espingarda pelos militares, que me pediu desculpa das suas lágrimas, "porque é doloroso recordar, mas é importante que no teu país saibam o que fazem os soldados de Napoléon Duarte" ou a da catequista guatemalteca que me contara, em tom monocórdico e enquanto fazia maquinalmente tamales, a morte de 17 membros da sua família, assassinados pelo Exército de Ríos Montt.

E lembrei-me também como, nesse tempo em que não havia correio eletrónico nem telemóveis, estando uma equipa de três pessoas - eu, um operador de câmara e um assistente - em campos de refugiados e zonas de conflito durante mais de três meses, a única preocupação demonstrada connosco à chegada foi o número de horas extraordinárias feitas na deslocação...

Deve-se ao trabalho de grupos como o Dart Center uma maior consciência de que - por estranho que a nós próprios por vezes pareça - os e as jornalistas também são seres humanos e também podem sofrer os efeitos das histórias que cobrem. Recentemente - recorrendo a uma "bengala linguística" atualmente muito em voga - "fez-se História" na Austrália, quando o Tribunal de Comarca de Victoria declarou que um jornal, como qualquer empresa, tem "o dever de tomar precauções quanto ao risco de lesão previsível, incluindo lesão psiquiátrica" dos seus trabalhadores. A decisão poderá vir a ter consequências internacionais, alertando as empresas de média para eventuais pedidos de compensação, se não tiverem os necessários cuidados com os jornalistas que

cobrem regularmente eventos traumáticos.

A 22 de fevereiro, o tribunal condenou o jornal The Age, de Melbourne, ao pagamento de uma indemnização de cerca de 113 mil euros a uma jornalista, por lesão psicológica sofrida durante a década em que nele trabalhou. A jornalista, que o tribunal identificou apenas como "YZ", trabalhara nas secções de Crime e Tribunais, tendo coberto mais de 32 homicídios e sofrido ameaças ligadas a alguns dos casos que acompanhara. Depois de se ter queixado de já não conseguir suportar "morte e destruição", chegara a ser colocada na secção de Desporto, mas foi persuadida a mudar para a de Tribunais, onde voltou a ser exposta à narração e imagens de crimes horrendos.

Em tribunal, "YZ" alegou que o jornal não tinha nenhum sistema que a ajudasse a lidar com o trauma do seu trabalho, não lhe providenciara apoio e treino para a cobertura de acontecimentos traumáticos, não entrevistara quando ela e outros se queixaram e transferira-a para a reportagem de tribunais, depois de ela já ter feito saber que não conseguia suportar o trauma que sentira na reportagem de crimes.

Embora o jornal tenha contestado que ela sofresse de PTSD e argumentasse que ela deveria saber que o seu trabalho "implicava um elevado risco de lesão", o tribunal decidiu a favor da jornalista. Durante o julgamento, foi notório algo atrás referido e que estudos académicos têm confirmado: o facto de a cultura vigente nas redações con-

tribuir para que os jornalistas receiem expressar preocupação em relação à cobertura de acontecimentos traumáticos, por medo de parecerem fracos ou incapazes para o trabalho. A mensagem implícita é: "Endurece, princesa!"

Na Austrália há já, no entanto, uma empresa de média que faz a diferença: a Australian Broadcasting Corporation tem, há uma

década, um programa de apoio interpares. Como testemunham os próprios, coisas aparentemente tão simples como telefonar a um/a camarada de trabalho que esteja a cobrir uma situação potencialmente geradora de trauma podem fazer toda a diferença.

As alterações depressivas do humor, os comportamentos dissociativos e os comportamentos aditivos são respostas frequentes na sequência do impacto de uma experiência traumática, mas o mais destacado desses quadros de sofrimento é, sem dúvida, o Distúrbio de Stress Pós-Traumático. Este surge em resposta a uma situação potencialmente geradora de trauma psicológico e manifesta-se, após um período de latência de algumas semanas ou meses, através de comportamentos de evitamento e de reexperienciação do acontecimento perturbador (memórias intrusivas como flashbacks, pesadelos) bem como de hiperativação (insónias, dificuldade de concentração irritabilidade, impulsividade).

Há uma certa cultura nas redações, impiedosa para aqueles que dão parte de fracos, seja chorando durante um "direto" de uma zona de guerra, seja escusando-se a avançar para locais de perigo



Repetição exaustiva de imagens de incêndios reaviva o trauma das vítimas

Acrescem, por vezes, sentimentos de "embotamento afetivo", afastamento dos outros, desinteresse, ou mesmo ideação suicida. Há repercussão do desempenho em termos pessoais, familiares, profissionais e sociais. São estes os sinais de alerta a que os jornalistas - os próprios e os seus camaradas de trabalho - as empresas de Comunicação Social e as organizações da classe devem prestar atenção. Como o caso de "YZ" demonstrou, podemos não acreditar no PTSD dos jornalistas, mas ele existe.

JORNALISMO: RETRAUMATIZAÇÃO DAS VÍTIMAS?

Se é importante que as empresas tenham em conta que os jornalistas também sofrem os efeitos das situações potencialmente geradoras de trauma, não menos importante é que os jornalistas, ao chegar ao local do acontecimento que devem cobrir, não esqueçam que vão encontrar vítimas e seus familiares, muitas vezes em estado de choque. E, sabendo que esse estado de reação ao acontecimento traumático pode deixar essas pessoas desorientadas e confusas, cabe aos jornalistas protegê-las do risco de retraumatização que a própria cobertura jornalística pode provocar.

Também nesse capítulo o Dart Center tem um papel de relevo, difundindo manuais sobre trauma e recomendando regras de conduta para os jornalistas no terreno. Algumas dessas regras, além de óbvias, fazem parte do nosso Código Deontológico - como a que manda "respeitar a privacidade dos cidadãos" e "antes de recolher declarações e imagens, atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas" (artigo 10) - e também do Estatuto do Jornalista - "abster-se de recolher decla-

rações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física" (artigo 14.º, n.º 2, d). Assim, nas "dicas" sobre como entrevistar vítimas, lê-se que devem ser tratadas com "dignidade e respeito - como desejaríamos que nos tratassem na mesma situação".

E aqui é impossível não recordar reportagens como aquela em que um jovem jornalista de televisão perguntou a uma das vítimas de um acidente de aviação, que acaba de saber que ficou tetraplégica, "e como é que vai lidar com isso?". Ou aquela outra em que uma jornalista - também de televisão - pergunta a uma mãe cujos filhos morreram no incêndio da barraca onde os deixara sozinhos durante o tempo de ver a telenovela na barraca vizinha: "E não se sente culpada pela morte dos seus filhos?".

Passo por cima de todas as vezes que jornalistas perguntam a vítimas de desastres ou seus familiares o batido e inútil "e o que é que sente?" - segundo Mark Brayne, antigo diretor para a Europa do Dart Center, a mais abusada e menos pertinente de todas as perguntas jornalísticas - para referir um caso contado, na sequência do incêndio em Pedrógão, por uma psicóloga bombeira: uma jornalista, que insistia em obter imagens de uma mulher que se escusava, protestou que estava a ser impedida de fazer o seu trabalho, "por pessoas que se calhar nem tinham sofrido nada". A pessoa em causa tinha perdido vários familiares no incêndio.

Prevenido situações como esta, Mark Brayne, recomenda, em "Trauma & Journalism, A Guide for Journalists, Editors & Managers": "Onde há indivíduos em óbvio sofrimento, aceite que por vezes é preciso oferecer ajuda e suporte antes de

começar o trabalho de reportagem. Apesar de tudo, em primeiro lugar somos seres humanos e só depois jornalistas". E também que, seja qual for a forma como as vítimas reajam, uma extrema calma ou um imenso desespero, tenhamos em conta o impacto emocional do que se passou, aproximando-nos das pessoas com cuidado, respeito e gentileza. Cuidado, respeito, gentileza desaparecem muitas vezes sob a pressão da redação, do editor, da concorrência - o espetáculo dos jornalistas em ação lembra mesmo, por vezes, o abater de uma matilha sobre a presa.

Como também escreve Mark Brayne em "Emotions, trauma and good Journalism": "Os relatos televisivos de um acidente de avião podem mostrar parentes no aeroporto em choque ao saberem que um avião atrasado caiu com a perda de todos a bordo. E além de mostrar os que lamentam a perda de seus entes queridos, as filmagens por trás deles revelam fileiras furiosas de câmaras e repórteres. O pequeno grupo de parentes é literalmente cercado por jornalistas cujo único real interesse é o espetáculo da dor para ilustrar sua nova grande história".

À já referida pergunta "e como se sente?", disparada a pessoas que acabaram de perder um familiar, um amigo, a casa, somam-se outros lugares comuns que, à medida que se instala nos media a cultura do *fait divers* sensacionalista, se torna cada vez mais frequente nas reportagens televisivas. "Com demasiada frequência, jornalistas que cobrem tragédias como um tiroteio, uma tragédia comunitária ou um processo judicial envolvendo violência sexual, ficarão de pé diante da câmara e declararão solenemente que esse povoado ou essa escola nunca se recuperará. Dirão também que estão ali profissionais especializados para apoiar as vítimas, mas poucos compreendem o que isso significa (...)", notou Mark Brayne naquela obra.

Já por várias vezes me ocorreu, também, perante imagens em direto de um acidente de viação, sem cuidar de ocultar os pormenores, se a reportagem não poderá estar a dar a alguém "conhecimento acerca da morte violenta ou inesperada, ferimento grave ou ameaça de morte ou ferimento vivido por um familiar ou amigo íntimo". Ou seja: a provocar um trauma. Ou, nos casos de insistentes repetições de imagens de catástrofes, a retraumatizar vítimas e próximos.

Profissionais que acompanharam de perto as vítimas dos grandes incêndios de 2017, referiram, em reuniões organizadas pelo Centro de Trauma, que as pessoas que passaram por esses acontecimentos e os seus familiares e amigos, se queixam de ver sistematicamente repetidas as imagens do desastre nos noticiários televisivos, de ouvir ad nauseam a expressão "estrada da morte" e, por vezes, de constatarem que se expuseram demasiado, sob o efeito do choque, pelo que gostariam que as reportagens em que aparecem deixassem de ser emitidas.

Um exemplo: uma pessoa que conseguira fugir da Estrada Nacional 236, entrevistada pouco depois por um canal de televisão, declarou não saber se teria atropelado alguém na sua fuga. Não é esse um daqueles casos em que o/a jornalista deveria ter recordado o artigo 10º do Código Deontológico e o 14.º, n.º 2, d) do Estatuto? E fará sentido, em cada aniversário ou ocasião em que o tema ressurgir, repetir as imagens da emoção de um governante que, sabe-se, fora também, anos antes, vítima de um incêndio? Conciliar o cuidado com a retraumatização das vítimas e a necessidade de noticiar exige dos jornalistas uma reflexão que nem sempre o fluxo noticioso permite.

Não se trata de condenar cegamente as reportagens sobre situações potencialmente geradoras de stress traumático ou as entrevistas com vítimas, familiares, ou membros das equipas de socorro. Apenas de ter em conta que o relato de um acontecimento traumático nem sempre é positivo para a vítima, podendo, pelo contrário, fazê-la passar de novo pela provação que acaba de viver. E que, por vezes, o silêncio e a privacidade são mais indispensáveis às vítimas do que a recolha de depoimentos e de lágrimas aos repórteres.

Há outros factos a ter em consideração: a investigação tem demonstrado que as experiências traumáticas decorrentes de catástrofes naturais provocam menos problemas crónicos naqueles a elas expostos (Riggs & Foa, 2004) do que as causadas por mão humana (violência abusiva, guerra,

perseguições ou mesmo acidentes de viação). Ora o que fizemos nós com os grandes incêndios dos últimos anos? Precipitámo-nos na busca de culpados, como se responsabilizar alguém, a GNR, a EDP, a PT, o Governo, os próprios bombeiros, resolvesse algum problema imediato ou aliviasse o luto das populações envolvidas. Mas seria de facto - para a comunidade que somos e para a qual trabalhamos - o melhor a fazer naquele momento? Ou poderíamos/devíamos ter tido em conta que há um tempo para o luto e um tempo para apontar responsabili-

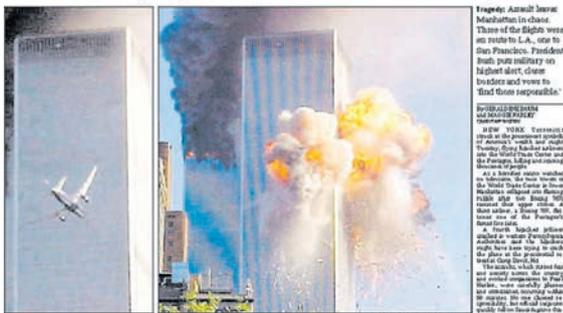
dades - e, sobretudo, para apontar soluções e verificar o seu cumprimento?

Recorde-se que a atual correspondente da RTP em Madrid, Daniela Santiago, que participou na cobertura da tragédia resultante da queda da ponte Hintze Ribeiro, em 4 de março de 2001, viria, na sua tese de mestrado - "O reforço da televisão. Uma visão diferente sobre a tragédia de Entre-os-Rios", mais tarde editada em livro pela Minerva Coimbra - a defender que, "apesar de todas as críticas acerca do trabalho dos jornalistas", a comunicação social "desempenhou um papel extremamente importante para a população

O relato de um acontecimento traumático nem sempre é positivo para a vítima, podendo, pelo contrário, fazê-la passar de novo pela provação que acaba de viver. Por vezes, o silêncio e a privacidade são mais indispensáveis às vítimas do que a recolha de depoimentos e de lágrimas aos repórteres

TERRORISTS ATTACK NEW YORK, PENTAGON

Thousands Dead, Injured as Hijacked U.S. Airliners Ram Targets; World Trade Center Is Destroyed



United Flight 175, left, heads for the south tower of the World Trade Center, then explodes on impact while the north tower burns from an attack 20 minutes earlier.

NEW ANALYSIS
President Shoulders Historic Weight

President George W. Bush has taken on a historic burden as he leads the nation through the darkest days of its history. The Sept. 11 attacks have not only taken the lives of thousands of innocent people but have also shattered the confidence of many Americans in their government and its leaders.

A Struggle to Escape Fiery Chaos

Many of the survivors of the Sept. 11 attacks are still struggling to come to terms with what happened. For some, the trauma is so deep that they have difficulty sleeping, eating, or even leaving their homes. Others are trying to find meaning in the tragedy, while still others are seeking revenge.

The Choreography of Carnage Was Precisely Timed, FBI Says

Federal investigators believe the Sept. 11 attacks were meticulously planned. The hijackers used a complex set of procedures to ensure that the planes would hit the towers at the same time, causing maximum damage.

Survivors' Horror

Survivors of the Sept. 11 attacks describe a scene of unimaginable horror. They saw people being crushed by falling debris, and they heard the screams of those who were trapped.

Pesquisas após o 11 de setembro de 2001 documentaram reações de stress, angústia e tristeza

psicóloga clínica no Júlio de Matos. Percebi logo que "os meus meninos" eram os jornalistas, e "os dela" os pacientes que seguia no hospital. Desafiei-a para um café, durante o qual me explicou que a guerra do Kosovo vinha há muito a aumentar as perturbações chegadas ao hospital.

Era uma guerra europeia, mais próxima e, logo, mais assustadora, e a nossa forma de noticiar - batalhas, destruições, mortos, muitas vezes passando por cima do contexto, já várias vezes contado - davam ao público a ideia de uma violência sem razão que, tal como irrompera no Kosovo, podia irromper em Portugal, um perigo imediato e imprevisível, que desestabilizava as pessoas mais frágeis e irrompia nas psicoses de alguns dos seus doentes.

Lá lhe argumentei que não podíamos deixar de informar, mas a Tina conhecia-me há anos suficientes para não desistir: precisaríamos mesmo de dar todos os dias imagens que em nada adiantavam ao conhecimento do que se passava e só perturbavam quem as via? Para dizer a verdade, não. Na maior parte dos dias, limitávamo-nos a fazer uma macabra contabilidade de mortos e feridos, em cidades desconhecidas para a maior parte dos portugueses, sem que isso contribuísse de algum modo para o esclarecimento do público, menos ainda para a solução do problema.

Sai do café angustiada. A ideia de que havia pessoas cuja doença piorava pela nossa ação profissional era-me difícil de enfrentar. Conhecia a Tina para saber que não estava a falar por falar, mas sabia que não era fácil convencer jornalistas e editores a trocar os mortos de cada dia por uma peça aprofundada no final da semana, ou quando alguma verdadeira notícia justificasse falarmos do tema. Mas talvez esse seja um aspeto de que só nos apercebemos quando - por folga, baixa, desemprego ou reforma - estamos longe da redação, na situação de consumidores (e não fazedores) de notícias.

Em todo o caso, esses são aspetos também tratados pelo Dart Center. Entre os materiais que podemos encontrar na sua página, um texto de 2005, intitulado "Covering trauma: Impact in the public", aborda a questão dos efeitos da cobertura mediática de acontecimentos traumáticos. Chamando a atenção para que quase toda a informação então existente se referia a casos com múltiplas vítimas e se baseava sobretudo em noticiários televisivos, avançava-se que a investigação confirmava que o público consome mais noticiários e lhes presta mais atenção em ocasiões de catástrofe.

Pesquisas levados a cabo após o 11 de setembro de 2011 documentaram reações de stress, angústia e tristeza. Foram documentados dois casos de reação psicótica. E um inquérito feito a 2273 adultos estadunidenses dois meses depois mostrou uma correlação entre o número de horas de visionamento de notícias sobre os atentados e a prevalência de provável PTSD, sendo esta mais elevada nos habitantes de Nova Iorque. Parecia assim poder haver uma relação entre angústia subclínica e consumo dos média entre adultos não diretamente afetados pelo acontecimento. A escassa literatura existente à época não permitia generalizações, não estando determinado se as pessoas angustiadas consomem mais notí-

local" e que "a televisão pode ajudar a superar momentos de dor, sofrimento e mesmo isolamento, exercendo uma função de reconforto".

É que, tal como os enfermeiros, também os jornalistas podem dar significado aos traumas vivenciados pelos que entrevistavam. Uma boa história, contada com princípio, meio, fim e um infinito respeito por aquele ou aquela cuja história contamos, pode ajudar à sua recuperação. Tal como - mesmo sabendo que a violência e o drama, o sangue e as lágrimas são sedutores em termos de audiência - termos por vezes a coragem de não contar, quando o silêncio nos parece ser a melhor terapêutica. Ou pelo menos aquela atitude que, colocando-nos no lugar do outro, na sua situação, gostaríamos que tivessem conosco.

E O PÚBLICO?

Falámos de pessoas diretamente envolvidas ou dos seus familiares. E as restantes? A verdadeira avalanche de más notícias em que os órgãos de Comunicação Social se especializaram não levam o público, ou pelos aqueles mais sensíveis entre ele, a uma das condições de eclosão de PTSD, "observar um acontecimento que envolva morte, ferimento ou ameaça à integridade física do próprio ou de outra pessoa"?

Recorro, uma vez mais, a uma pequena história pessoal: algures entre 1996 e 1998, estava eu presidente do Sindicato dos Jornalistas e decorria a chamada guerra do Kosovo, quando, ao sair de casa, uma voz feminina me grita: "Diana, tens ideia do que os teus meninos estão a fazer aos meus meninos?" Era a minha amiga Maria Clementina Dinis,



Reportagens sobre refugiados também sujeitam os jornalistas a experiências dolorosas

cias traumáticas ou se são estas a criar-lhes angústia. A cobertura mediática pode, contudo, avivar o trauma das pessoas afetadas pelos acontecimentos.

Do mesmo modo, embora diversos estudos indiquem que, nas crianças, a exposição a um número elevado de notícias sobre situações traumáticas está associada a um maior nível de sintomas de PTSD, problemas comportamentais e ansiedade, não foi possível determinar se esses fenómenos são causados pela exposição aos média ou se são as crianças mais angustiadas que consomem mais esse tipo de notícias. Os estudos sugerem, no entanto, que após a exposição as crianças mostram medo, preocupação, tristeza e angústia. A presença de imagens e a proximidade geográfica são fatores que podem potenciar essas reações.

Voltando-nos de novo para nós, jornalistas: como lembra Mark Brayne, a tradicional fantasia jornalística de invulnerabilidade e distância não passa mesmo disso, de fantasia. Também nós podemos sofrer traumas e, na sequência, desenvolver depressão, ansiedade, problemas relacionais, se calhar alguma tendência para abuso de álcool ou calmantes. Por isso, se após um trabalho em situação propiciadora de trauma ou de grande sofrimento moral (refugiados, crianças abusadas, suicídio juvenil...) tiverem pensamentos intrusivos sobre eles, flashbacks ou pesadelos; se se sentirem incapazes de ser felizes ou de planear o futuro, e experimentarem sintomas de maior irritabilidade ou angústia, não tenham receio de

passar por fracos, consultem um especialista, falem com os camaradas de redação.

Citando Kapuscinski: o jornalismo não é uma profissão para cínicos - e poder desenvolver Distúrbio de Stress Pós-Traumático é por vezes o preço a pagar por isso. Alguns estudos

mostram que a prevalência de PTSD nos jornalistas tende a ser maior do que na população geral. Jornalistas expostos a situações traumáticas podem ser mais suscetíveis a problemas de saúde, como hipertensão e ataques cardíacos.

Talvez possamos diminuir esse risco profissional acrescentando este tema nos currícula dos cursos de jornalismo e integrando-o nas reivindicações laborais, desenvolvendo grupos de apoio interpares e - porque não? - criando um núcleo especialmente

vocacionado para o estudo e acompanhamento dos casos de PTSD não apenas para os jornalistas portugueses, mas para todos os jornalistas falantes de Português.

Impossível? Sejamos realistas e passemos à prática. ■

* Com Guida Manuel, psicóloga, investigadora do Centro de Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e Luísa Sales, psiquiatra, coordenadora do Centro de Trauma.

Tal como os terapeutas, também os jornalistas podem dar significado aos traumas vivenciados pelos que entrevistam. Uma boa história, contada com princípio, meio, fim e um infinito respeito por aquele ou aquela cuja história contamos, pode ajudar à sua recuperação